**lançamento da 1ª pedra do NONAGON - Parque Tecnológico de S. Miguel**

**Lagoa, 12 de Janeiro de 2011**

***Intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César***

Em todos os lugares, a criação de parques tecnológicos tem constituído uma opção organizacional para o crescimento e a promoção de uma cultura de inovação e de competitividade, integrando as empresas, desenvolvendo interacções com vantagens comuns e apoiando negócios baseados no conhecimento. É, justamente, esse ambiente de negócios que se pretende enquadrar e apoiar com a construção do Parque Tecnológico de S. Miguel, que é, igualmente, uma das iniciativas constantes do programa do X Governo.

O Parque Tecnológico de S. Miguel recebeu recentemente a designação de NONAGON como resultado da votação de um concurso de ideias lançado pelo Governo dos Açores. Como se sabe, o termo designa um polígono com nove ângulos e nove lados, estando também associado a uma deusa romana protectora do nono mês da gravidez, paralelismo feliz com as nove ilhas e as nove realidades dos Açores e com a protecção e esperança num mundo novo.

Ao assinalarmos, neste momento, a primeira fase desse processo, quero salientar a pretensão estruturante deste empreendimento e o seu vínculo a áreas emergentes no domínio das tecnologias ligadas às ciências da terra, das tecnologias de informação, de comunicação e do espaço, e à dinamização e convocação de investimentos privados nesses domínios.

A Câmara Municipal de Lagoa – nossa parceira neste projecto, graças à intervenção enérgica do seu Presidente, João Ponte – está a executar já a primeira fase, que engloba o *Data Center* e o *Disaster Recovery Center*, através de um contrato de financiamento celebrado com o Governo, no montante de 4,5 milhões de euros. Até 2013, pretendemos, igualmente, iniciar a construção de dois novos edifícios, que acolherão empresas e entidades de investigação que, neste momento, já mostraram interesse, nomeadamente empresas de média e maior dimensão ligadas aos sectores das energias renováveis, das tecnologias da informação, comunicação e electrónica.

Estamos a trabalhar para promover, neste concelho de Lagoa, um autêntico pólo agregador e dinamizador de parcerias com universidades e empresas que, espero, se irá reflectir não só na oferta de serviços especializados como na criação de emprego qualificado. A Lagoa, que já teve uma forte ocupação económica através de indústrias tradicionais, pode, assim, recebendo o Parque Tecnológico de S. Miguel, assumir um papel igualmente activo nestes novos domínios, alavancando um novo paradigma de desenvolvimento regional.

O facto do promotor deste projecto ser o Governo contribui, em muito, para que o seu arranque se processe num ambiente de estabilidade e de boas expectativas na sua implantação, bem como nos propósitos que contempla, tanto mais que as empresas e serviços que geralmente estão associados a parques tecnológicos têm uma complexidade mais elevada e maiores períodos de maturação. Também é certo que o dinamismo de uma infra-estrutura como esta carece de uma sustentação constante – inovadora, mas também institucional e política – para a criação de condições de atracção e fixação, o que, considerando a dimensão e as capacidades instaladas nos Açores, aconselha claramente o carácter público desta iniciativa nesta fase da sua concretização.

Todos sabemos que entre os factores de maior impulsão da competitividade, do crescimento económico e de mais e melhores empregos, estão, nos tempos que vivemos, as dinâmicas promovidas pela investigação científica, pelo desenvolvimento tecnológico e pela inovação.

Assim sendo, é necessário garantir o incremento do potencial científico e tecnológico existente na Região, vocacionando-o para as vertentes da nossa qualificação produtiva e prestadora de serviços, da capacidade exportadora e da criação em geral de valor nos Açores.

Ao lado das empresas – para não dizer, à frente – devem estar os nossos investigadores e, em especial, a Universidade dos Açores, que não se pode deixar ultrapassar na mudança e na modernização que deve impelir e monitorizar. Correspondendo ao significativo apoio que recebe dos contribuintes açorianos e às parcerias com o Governo Regional, confiamos que a nossa Universidade cumpra esse desígnio e, de modo intenso e reprodutivo, empreenda o reforço do seu capital intelectual e científico indutor da qualificação regional.

O contributo da Universidade dos Açores foi, aliás, precioso, no passado recente, na preparação do corpo docente açoriano para os diversos graus de ensino, é muito relevante e espero que o venha a ser ainda mais, especialmente no sector estratégico das ciências do mar, e é esperado e indispensável, numa melhor dimensão, com maior proveito para o tecido empresarial.

Para desenvolver competências científicas e tecnológicas regionais que possam potenciar vantagens competitivas é necessário o estabelecimento de parcerias entre instituições de Investigação e desenvolvimento, a administração pública e o sector empresarial, tal como com entidades congéneres do país e do estrangeiro. Este é um novo desafio e um imperativo entre nós. De resto, neste caso do *NONAGON*, o próprio Governo Regional já estabeleceu diversos contactos com estruturas similares, com vista à celebração de protocolos de colaboração e parcerias estratégicas, não só a nível nacional como, por exemplo, com parques como o de Silicon Valley.

Igualmente numa perspectiva de internacionalização, estamos a trabalhar para lançar, ainda este ano, a *Rede Prestige Açores*, que pretendemos que seja constituída por destacados açorianos espalhados pelo mundo, com trabalho reconhecido em diversas áreas, desde o meio académico ao empresarial, nas áreas científica e tecnológica. Convocar-se-á, desta forma, o empenho e a mais-valia de muitos e qualificados concidadãos que trabalham noutras regiões e países.

A nível interno importa reforçar não só a dimensão como a melhor articulação do investimento que é feito na nossa Região na investigação científica e desenvolvimento e na inclusão tecnológica. Para o efeito, o Governo está a preparar a criação de um órgão interdepartamental, que será coordenado pela Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia, e que, reunindo todos os decisores governamentais que activam esse investimento, promova uma maior integração e coerência, quer no plano das prioridades quer no das eficiências, das aplicações em causa de recursos públicos.

Estamos, pois, num período de mudança de nível das nossas políticas públicas de desenvolvimento, enfatizando estas vertentes científica e tecnológica. O Parque Tecnológico de S. Miguel será, assim o espero, uma referência desse novo período.

Obrigado.